

AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

CNPJ 31.378.010/0001-99

CONTRATO ADMINISTRATIVO

O SAAE de Pocrane - MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 31.378.010/0001-99, com sede na Rua Aimorés, nº. 127, bairro Centro, cidade de Pocrane, estado de Minas Gerais, representado pelo seu Diretor Arlen Gonçalves Pena, inscrito no CPF nº.058.734.046-07, doravante denominado Contratante, e a EmpresaAMMBIENTE SOLUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ nº. 19.049.368/0001-72, com endereço na Rua Guaraciaba Passos, 1.295, Centro, CEP: 35.670-000 – Matheus Leme - MG, representada pelo sócio-administrador, senhor BRUNO GUILHERME ALÍPIO DE SOUZA, inscrito no CPF nº. 068.345.246-06, doravante denominado Contratada, tendo em vista este procedimento e em observância a Lei nº. 14.133/2021, resolvem celebrar este CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 10/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir.

- 1. CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto e seus elementos característicos;
- 1.1. CONTRATAÇÃODE EMPRESA ESPECIALIZADAPARAPRESTAÇÃODESERVIÇOS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO, CONFORME EXIGÊNCIA DOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unid.	QUANT	VALOR UNIT (MÊS)	VALOR TOTAL
01	Elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;	Unid.	01	R\$: 950,00	R\$:950,0 0
02	Elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO	Unid.	01	R\$: 800,00	R\$: 800,00
03	Elaboração do Laudo Técnico das condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT (A avaliações	Unid.	01	R\$: 900,00	R\$900,00



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG -Tel(33)98825-6704

	inclusas);				
04	Elaboração do Laudo de Insalubridade Conforme NR 15;	Unid.	01	R\$: 900,00	R\$: 900,00
05	Elaboração do Laudo de Periculosidade Conforme NR 16;	Unid.	01	R\$: 900,00	R\$: 900,00
06	EMISSÃO DO COMUNICADO DE ACIDENTE DE TRABALHO — CAT NO SISTEMA SOFTCLIN. OBS: A CAT JÁ É ENVIADA AUTOMATICAMENTE AO ESOCIAL; *GESTÃO DO ESOCIAL: EMISSÃO E ENVIOS DOS EVENTOS AO ESOCIAL: S-2210 — COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO; S-2220 — MONITORAMENTO DA SAÚDE DO TRABALHADOR; S-2221 — EXAME TOXICOLÓGICO; S-2240 — CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO — AGENTES NOCIVOS; *ENVIO DOS RELATÓRIOS DE LANÇAMENTOS MENSAIS PARA O CLIENTE; *ACESSO AO SISTEMA SG INTEGRA *CONTROLE DE EXAMES VENCIDOS E A VENCER; *ENVIO DO RELATÓRIO ANALÍTICO APÓS 1 ANO; *ASSESSORIA VIA TELEFONE, E-MAIL E WHATSAPP; *ORIENTAÇÃO PARA CONTROLE E GESTÃO DE ARQUIVO; NOTIFICAÇÃO VIA	Unid.	12	R\$: 350,00	R\$: 4.200,00



AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

	EMAIL DOS DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS				
07	Avaliação Clínica Ocupacional	Unid	56	R\$: 90,00	R\$: 5.040,00
08	Avaliação de Acuidade Visual	Unid	56	R\$: 80,00	R\$: 4.480,00
09	Avaliação Psicossocial (Com Médico)	Unid.	56	R\$: 80,00	R\$: 4.480,00
10	Eletrocardiograma - EGC	Unid.	56	R\$: 100,00	R\$: 5.600,00
11	Espirometria	Unid.	56	R\$: 80,00	R\$: 4.480,00
12	Exame Audiométrico	Unid	56	R\$: 80,00	R\$: 4.480,00
13	Glicemia em Jejum	Unid.	56	R\$: 15,00	R\$: 840,00
14	Hemograma Completo	Unid	56	R\$: 22,00	R\$: 1.232,00

- 2. CLÁUSULA SEGUNDA: Da vinculação ao edital e à respectiva proposta
- 2.1. Vinculam a este contrato administrativo:
- 2.1.1. Termo de Referencia TR do Processo: 11/2025 Dispensa Simplificada 07/2025;
- 2.1.2. A proposta do(a) contratado(a);



AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

- 3. CLÁUSULA TERCEIRA: Da legislação aplicável à execução do contrato administrativo, inclusive quanto aos casos omissos
- 3.1. As legislações aplicáveis à execução deste contrato administrativo, inclusive quanto aos casos omissão, são:
- 3.1.1. Lei nº. 14.133/2021;
- 3.1.2. DecretosMunicipaisn°. 02/2023,12/2023,08/2024,20/2023,25/2025,27/2023, 28/2023,30/2023,31/2023e outros.
- 4. CLÁUSULA QUARTA: Da vigência e prorrogação
- 4.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze meses) contados da Assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, desde que a autoridade competente ateste que as condições e preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada ou a extinção do contrato administrativo sem ônus para qualquer das partes (arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021).
- 4.2. Este contrato administrativo pode ser prorrogado nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
- 5. CLÁUSULA QUINTA: Do regime de execução ou a forma de fornecimento 5.1. O regime de execução ou a foram de fornecimento está prevista no TR.
- 6. CLÁUSULA SEXTA: Do preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento
- 6.1. O preço deste contrato administrativo é de R\$ 39.282,00 (Trinta e nove mil e duzentos e oitenta e dois reais);
- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos

AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

CNPJ 31.378.010/0001-99

sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

- 6.3. As condições de pagamento estão previstas no TR.
- 6.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado do orçamento estimado, ou seja: agosto de 2025, salvo no caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro.
- 6.5. Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido do(a) Contratado(a), os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará a(o) Contratado(a) a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.8. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.11. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 6.12. Não haverá atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.



AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG -Tel(33)98825-6704

CNPJ 31.378.010/0001-99

7. CLÁUSULA SÉTIMA: Dos critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para o pagamento

7.1. Os critérios e a periocidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para o pagamento estão previstos no TR.

8. CLÁUSULA OITAVA: Dos prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso 8.1. Os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando o for caso, estão previstos no TR.

9. CLÁUSULA NONA: Do crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação administrativa correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual – LOA – da Câmara do Município de Pocrane - MG, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 379

Outros Serviços Pessoa Jurídica.

Fonte de Recursos: 1.501.000.0000;

Programa de Trabalho: 03.13.01.04.122.0004.2097;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00;

Plano Interno: MANUTENÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO SAAE;

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da LOA respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: Da matriz de risco, quando for o caso



AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

- 10.1. A matriz de risco não é obrigatória nesta contratação administrativo, conforme § 1º do art. 3º do Decreto nº. 31/2023 (Decreto Municipal que fala sobre as práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo na aplicação da Lei nº. 14.133/2021).
- 11. CLÁSUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Do prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, se for o caso
- 11.1. Não haverá repactuação de preços neste caso, conforme inciso LIX do art. 6° c/c inciso II do § 8° do art. 25 c/c inciso II do § 4° do art. 92 da Lei nº. 14.133/2021.
- 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Do prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso
- 12.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de, no máximo, 30 (trinta) dias.
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Das garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento
- 13.1. Não haverá exigência de garantia contratual.
- 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Do prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos na Lei nº. 14.133/2021 e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso
- 14.1. O prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos na Lei nº. 14.133/2021 e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso, estão previstos no TR.

SAA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

- 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Dos direitos e das responsabilidades das partes
- 15.1. Das obrigações do Contratante:
- 15.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), de acordo com o contrato e seus anexos;
- 15.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR;
- 15.1.3. Notificar o(a) Contratado(a), por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 15.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo e o cumprimento das obrigações pelo(a) Contratado(a);
- 15.1.5. Efetuar o pagamento o(a) Contratado(a) do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste contrato administrativo;
- 15.1.6. Aplicar o(a) Contratado(a) as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato administrativo;
- 15.1.7. Cientificar seu órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo(a) Contratado(a);
- 15.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato administrativo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 15.1.9. Concluída a instrução do requerimento, o Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;
- 15.1.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo(a) Contratado(a) com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato administrativo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do(a) Contratado(a), de seus empregados, prepostos ou subordinados.



AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

- 15.2. Das obrigações do(a) Contratado(a):
- 15.2.1. Manter, durante toda a execução do contrato administrativo, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação pública, ou para a qualificação, na contratação administrativa direta:
- 15.2.2. Cumprir, caso obrigado por lei, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitação da Previdência Social e para aprendiz;
- 15.2.3. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato administrativo e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 15.2.4. Manter preposto aceito pelo Contratante para representá-lo na execução do contrato administrativo;
- 15.2.5. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratante poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- 15.2.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato administrativo ou autoridade superior (inciso II do art. 137 da Lei nº. 14.133/2021);
- 15.2.7. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato administrativo, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 15.2.7.1. Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato administrativo os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto.
- 15.2.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.



AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

- 15.2.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Contratante ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 15.2.10. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 15.2.11. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato (parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133/2021);
- 15.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato administrativo, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.2.13. Comunicar ao fiscal do contrato administrativo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 15.2.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 15.2.15. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 15.2.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato administrativo.

SAA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

- 15.2.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 15.2.18. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 15.2.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 15.2.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 15.2.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea "d" inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.2.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 15.2.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 15.2.25. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento pelo Contratante.
- 15.2.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

SAVE

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

- 15.2.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 15.2.28. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do(a) Contratado(a).
- 15.2.29. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 15.2.30. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 15.3.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 15.2.31. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 15.2.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 15.2.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o(a) Contratado(a) relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 15.2.34. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 15.2.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.



AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

- 15.2.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme e quando for o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 15.2.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Das penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo
- 16.1. O(A) Contratado(a) será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
- 16.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato administrativo;
- 16.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato administrativo que cause grave dano ao Contratante ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 16.1.3. der causa à inexecução total do contrato administrativo;
- 16.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 16.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.1.6. não celebrar o contrato administrativo ou não entregar a documentação exigida para a contratação administrativa, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação administrativa sem motivo justificado;
- 16.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato administrativo;
- 16.1.9. fraudar a licitação pública ou praticar ato fraudulento na execução do contrato administrativo;

SAVA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

CNPJ 31.378.010/0001-99

- 16.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; 16.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame; 16.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 16.2.1. Advertência: quando o(a) Contratado(a) der causa à inexecução parcial do contrato administrativo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 2º do art. 156 da Lei nº. 14.133/2021);
- 16.2.2. Impedimento de licitar e contratar administrativamente: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 16.1.2, 16.1.3, 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6 e 16.1.7 do subitem acima deste contrato administrativo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 4º do art. 156 da Lei nº. 14.133/2021);
- 16.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar administrativamente: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 16.1.8, 16.1.9, 16.1.10, 16.1.11 e 16.1.12 do subitem acima deste contrato administrativo, bem como nas alíneas 16.1.2, 16.1.3, 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6 e 16.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (§ 5° do art. 156 da Lei n°. 14.133/2021)

16.3. Multa:

- 16.3.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 16.3.1.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza ao Contratante a promover a rescisão do contrato administrativo por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.
- 16.3.2. compensatória de 10% (Dez por cento) sobre o valor total do contrato administrativo, no caso de inexecução total do objeto;
- 16.4. A aplicação das sanções previstas neste contrato administrativo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (§ 9º do art. 156 da Lei nº. 14.133/2021)

AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

- 16.5. Todas as sanções previstas neste contrato administrativo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei nº. 14.133/2021).
- 16.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa da Contratante no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº. 14.133/2021)
- 16.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante o(a) Contratado(a), além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§ 8º do art. 156 da Lei nº. 14.133/2021).
- 16.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a(o) Contratado(a), observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.10. Na aplicação das sanções serão considerados (§ 1º do art. 156 da Lei nº. 14.133/2021):
- 16.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.10.2. as peculiaridades do caso concreto:
- 16.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 16.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº. 14.133/2021).



AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

- 16.12. A personalidade jurídica do(a) Contratado(a) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato administrativo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o(a) Contratado(a), observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº. 14.133/2021).
- 16.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP –, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº. 14.133/2021).
- 16.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Do modelo de gestão do contrato administrativo, observados os requisitos definidos em regulamento
- 17.1. O modelo de gestão deste contrato administrativo, observados os requisitos definidos em regulamento está previsto no TR.
- 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Da alteração do contrato administrativo e dos preços
- 18.1. Este contrato administrativo poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos do art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.
- 18.2. Nas eventuais alterações deste contrato administrativo e dos preços, aplicase as disposições do Capítulo VII da Lei nº. 14.133/2021.



AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

- 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Dos casos de extinção
- 19.1. O contrato administrativo se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 19.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá o Contratante providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro, se for o caso.
- 19.3. Quando a não conclusão do contrato administrativa referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:
- 19.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 19.3.2. poderá o Contratante optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 19.4. O contrato administrativo pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº. 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, bem como amigavelmente.
- 19.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº. 14.133/2021.
- 19.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 19.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 19.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
- 19.6.3. Indenizações e multas.
- 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA: Das disposições finais
- 20.1. O Contratante fará a publicação deste contrato administrativo nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
- 20.2. O foro da Justiça Estadual de Ipanema MG é eleito para dirimir os eventuais litígios que decorrerem da execução deste contrato administrativo que não



AutarquiaMunicipalcriadapelalei1.120de22/03/2018POCRANE-MG - Tel(33)98825-6704

CNPJ 31.378.010/0001-99

puderem ser compostos pela conciliação, conforme § 1º do art. 92 da Lei nº. 14.133/2021.

Pocrane - MG, 07 de novembro de 2025.

Arlen Gonçalves Pena

DiretorSAAE Contratante BRUNO GUILHERME ALIPIO DE SERVICO AUTONOMO Assinado de forma digital por SERVICO AUTONOMO DE AGUA E SEGOTO SAAE:31378010000199 Dados; 2025.11.12 09:28:14 DE AGUA E SEGOTO SAAE:31378010000199 DAGOS; 2025.11.12 09:28:14 DE AGUA E SEGOTO SAAE:31378010000199 DAGOS; 2025.11.12 09:28:14 DE AGUA E SEGOTO SAAE:31378010000199 DAGOS; 2025.11.12 09:28:14 DE AGUA E SEGOTO SEGOTO SAAE:31378010000199 DAGOS; 2025.11.12 09:28:14 DE AGUA E SEGOTO SEG

ALIPIO DE Assinado de forma digital por BRUNO GUILHERME ALIPIO DE SOUSA:06834524606 Dados:2025.11.1115:06:29-03'00'

Bruno Guilherme Alípio de Sousa ABBIENTESOLUÇÕES Contratada